

RR 43100-36.2009.5.13.0023 - Publicação: DEJT 18.11.2011

Relator: Min. Aloysio Corrêa da Veiga

Recorrente: Companhia de Água e Esgoto da Paraíba - Cagepa

Recorrido: Ministério Público do Trabalho da 13ª Região

DECISÃO: , por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento para, destrancando o recurso de revista, dele conhecer por contrariedade à OJ 247, I, da SBDI-1/TST e, no mérito, dar-lhe provimento para reconhecer a validade da demissão imotivada do reclamante e julgar improcedente a ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho.

EMENTA: RECURSO DE REVISTA. DISPENSA IMOTIVADA. SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA.

As empresas públicas e as sociedades de economia mista, pertencentes à administração pública indireta, sujeitam-se ao regime jurídico próprio de empresas privadas, inclusive para fins trabalhistas, nos termos do artigo 173, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, não havendo óbice à dispensa imotivada, por não se tratar de relação estatutária, mas, sim, de relação jurídica regida pela CLT. Neste sentido é a Orientação Jurisprudencial nº 247, I, da SDI1/TST. Recurso de revista conhecido e provido.

ED-ED-RR 43100-36.2009.5.13.0023 – Publicação: DEJT 21.09.2012

Relator: Min. Aloysio Corrêa da Veiga

Embargante: COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DA PARAÍBA - CAGEPA

Embargado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DESPEDIDA IMOTIVADA. NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. CONDUTA DISCRIMINATÓRIA E ABUSIVA. NULIDADE DA DISPENSA. CONTRADIÇÃO NÃO CARACTERIZADA. A inexistência no v. julgado de omissão, contradição ou obscuridade, nos exatos termos do artigo 535 do Código de Processo Civil, conduz à rejeição dos embargos de declaração.

AIRR 78400-67.2010.5.13.0009 – Publicação: DEJT 31.05.2013

Relatora: Ministra Maria das Graças Silvano Laranjeira

Agravante: COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DA PARAÍBA - CAGEPA

Agravado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

Interessado: SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA URBANA DO ESTADO DA PARAÍBA - STIUPB

DECISÃO: , por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

AGRAVO DE INSTRUMENTO - 1. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO - SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA - CARGOS EM COMISSÃO.

Conforme assentado pelo Tribunal Regional, a reclamada é sociedade de economia mista, de modo que se submete ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações trabalhistas, nos termos do art. 173, § 1º, II, da Constituição Federal, independentemente da nomenclatura que se atribua às funções ou postos de trabalhos existentes em seu âmbito. Ficou consignado, ainda, que a situação em exame não se enquadra naquela analisada pelo STF na ADI nº 3.395-DF, visto que não se trata de litígio entre o Poder Público e servidores submetidos ao regime jurídico-administrativo. Na referida ADI, ficou estabelecido que as causas entre o Poder Público e os servidores a ele vinculados por relação jurídico-estatutária são excetuadas da competência da Justiça do Trabalho, o que não se verifica no caso concreto, em que se discute a possibilidade de a reclamada, sociedade de economia mista, criar cargos ditos em comissão por meio de norma interna e nomear trabalhadores sem a observância do concurso público. Nesse contexto, **conclui-se que, de fato, a competência é da Justiça do Trabalho, uma vez que a relação subjacente não é de caráter estatutário ou jurídico-administrativo, mas, sim, de natureza celetista, na medida em que a reclamada, na qualidade de sociedade de economia mista, está sujeita ao regime da CLT, de acordo com o já mencionado art. 173, § 1º, II, da Constituição da República.**

Precedente do STF. **2. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA - CARGOS EM COMISSÃO - IMPOSSIBILIDADE.** Conforme explanado na decisão da Corte Regional, a Constituição Federal, em seu art. 37, II, prevê a possibilidade de a Administração Pública direta contratar sem concurso público apenas nos casos de cargo em comissão, em sentido estrito, o qual deve ser criado por lei, e não em hipóteses como a dos autos, em que a reclamada integra a Administração Pública indireta e se submete ao regime jurídico trabalhista, nos termos do art. 173, § 1º, II, da Constituição da República. Logo, **a reclamada, na condição de sociedade de economia mista, submete-se, também, ao disposto no art. 37, caput, II, e § 2º, da Constituição Federal, não lhe sendo conferida autonomia para contratar com o rótulo de cargo em comissão e sem concurso público, trabalhadores para exercerem atividades que não guardam relação com as previstas no art. 173, § 1º, IV e V, da Constituição Federal.** Agravo de instrumento a que se nega provimento.